

EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DAS UNIVERSIDADES DE PORTUGAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA¹

EXPERIENCE AND TRAINING OF PHYSICAL EDUCATION TEACHERS OF UNIVERSITIES IN PORTUGAL INCLUSIVE PERSPECTIVE

Soraya Dayanna Guimarães Santos

Neiza de Lourdes Frederico Fumes

Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, Brasil

José Pedro Ferreira

Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

RESUMO: o estudo teve como objetivo analisar a experiência pedagógica e a formação dos docentes do curso de Educação Física das universidades portuguesas face ao processo de inclusão. A amostra foi constituída por 60 professores de nove Instituições de Ensino Superior de Portugal. O instrumento utilizado foi um questionário. Para análise recorremos à estatística descritiva. Constatamos que 61,7% dos professores afirmaram possuir algum tipo de formação em Educação Especial obtido ao longo da vida académica; por outro lado, 70% dos docentes relataram não ter participado de formação continuada em Educação Especial. Averiguamos, também, que a maioria dos docentes nunca teve a experiência de lecionar para alunos com deficiência. As reflexões a partir dos dados recolhidos têm intenção de contribuir para a formação do docente universitário seja mais sistematizada dialogando com outros estudos e com os desafios impostos pelas práticas, considerando a carência de pesquisas nessa temática.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física. Formação de professores. Inclusão. Educação Superior.

ABSTRACT: The study aimed to analyze the educational experience and the training of teachers of Physical Education courses Portuguese universities toward inclusion process. The sample consisted of 60 teachers from nine higher education institutions in Portugal. The instrument was a questionnaire. For analysis we used the descriptive statistics. We found that 61.7% of teachers reported having some type of training in Special Education obtained along the academic life; on the other hand, 70% of teachers reported not having participated in training in special education. We noticed, too, that most teachers never had the experience of teaching for students with disabilities. The reflections from the data collected intends to contribute to the formation of the university teacher is more systematic dialogue with other studies and with the challenges of practice, considering the lack of research on this subject.

KEYWORDS: Physical Education. Teacher training. Inclusion. Higher Education.

INTRODUÇÃO

O ensino superior tem sido visto pela sociedade como um fator determinante para a democratização e a inclusão social e como elemento estruturante do desenvolvimento econômico local e regional. Dentre todos os níveis de ensino em Portugal, o ensino superior é talvez aquele que, nas últimas décadas, mais se transformou, sofrendo alterações a nível estrutural, institucional, econômico, demográfico e social (Urbano, 2011).

Em termos gerais, as políticas de educação superior em Portugal devem ser analisadas à luz das políticas emanadas pela União Europeia. A Declaração de Bolonha (1999) e a Estratégia de Lisboa (2000) representam o marco das mudanças ocorridas nos estados-membros. A criação do Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES) teve como objetivo ajustar o ensino superior às exigências

da sociedade dita do conhecimento, harmonizar os processos educativos com o fim de facilitar a livre circulação e a competitividade no mercado europeu (Declaração de Lisboa, 2000).

Em Portugal, este movimento impôs às instituições de ensino superior portuguesas uma mudança não só organizativa, mas também de paradigma relativamente à sua missão, às suas formas de atuação, em particular, aos referenciais de ensino-aprendizagem (Pires, 2007; Almeida, 2012).

Ainda nesse país, as instituições de ensino superior regulam-se por legislação própria - Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) – em que é definida a sua natureza binária (ensino universitário e politécnico) e a sua autonomia (estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar).

De modo a favorecer o acesso ao ensino superior e o sucesso educativo, o Estado português assegura um sistema de ação social

¹ Artigo oriundo da Tese de Doutorado de Soraya Dayanna Guimarães Santos que encontra-se em andamento. Agência de Fomento: CAPES.

escolar aos estudantes economicamente mais desfavorecidos, que se traduz em apoios diretos (bolsas de estudo) ou indiretos (alimentação, alojamento, apoio à saúde, desporto). Está também prevista na referida Lei (RJIES) um complemento de bolsa de estudo a estudantes com deficiência física, sensorial ou outra, para aquisição de produtos de apoio indispensáveis ao desenvolvimento das atividades escolares.

A respeito deste grupo estudantil, a legislação nacional prevê ainda a adaptação das provas de acesso ao ensino superior às necessidades específicas apresentadas pelos estudantes e garante o processo de transição, através de um contingente especial, afertado pelo Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior de Portugal, para candidatos com deficiência física e sensorial (Pires, 2007). Na 1ª fase do concurso nacional existem diversos contingentes especiais, para além do contingente geral, aos quais são afetadas determinadas percentagens de vagas, destinadas aos candidatos que cumpram as condições de cada contingente. Na 2ª e 3ª fases existe apenas um contingente único (DGES, 2012).

No Concurso Nacional, a Portaria nº 143/2014 do Ministério da Educação art. 10º prevê 2% das vagas para estudante com deficiência por meio de contingente especial. O estudante com deficiência pode candidatar-se ao contingente especial só na 1ª fase do concurso, restando-lhe apenas a possibilidade de concorrer ao contingente geral nas fases posteriores (Pires, 2007).

No caso dos cursos de Ciências do Desporto e Educação Física, o estudante terá que realizar, ainda, as provas de ingresso previstas para o curso e provar a sua aptidão física, desportivas, funcional (DGES, 2012). A aptidão funcional e física tem como objetivo a comprovação das capacidades de robustez e de domínio técnico básico essenciais à orientação do ensino e treino das diversas especialidades desportivas (Pires, 2007). Os pré-requisitos são do tipo eliminatório, sendo o resultado expresso em “apto” e “não apto”. Para a candidatura ao curso é obrigatório obter a classificação “apto”.

De acordo com os dados estatísticos divulgados pela Direção Geral do Ensino Superior (DGES, 2012), o número de estudantes com deficiência nos cursos de Ciências do Desporto e Educação Física em Portugal foi de um estudante no ano de 2009 e três estudantes no ano de 2011.

Esse baixo número de matrículas de estudantes com deficiência nos últimos anos pode ser explicado por alguns fatores, dentre eles os entraves do ingresso e do acesso, mencionados anteriormente. No entanto, é relevante destacar que quando falamos de inclusão não estamos nos referindo apenas ao acesso à educação. Uma educação que prime pela inclusão deve ter, necessariamente, investimentos em materiais pedagógicos, em qualificação de professores, em infraestrutura adequada permanência e estar atento a qualquer forma discriminatória.

Há, também, uma maior necessidade de preparação da comunidade académica para receber os alunos com deficiência. Diante disso, torna-se indispensável buscar uma maneira para qualificar o profissional do ensino superior, que ao longo de sua trajetória como docente poderá defrontar-se não apenas com a falta de conhecimentos em ensinar esses alunos com deficiência, mas também com dificuldades em lidar com a grande diversidade dos seus alunos como um todo (cultural, social, econômica, entre outras). Essa situação exige uma preparação que vai além do conhecimento científico, que é indispensável, mas, também, como, por exemplo, incertezas, singularidades e conflitos de valores que fazem parte do

cotidiano académico, e que o professor deve enfrentar (Castanho & Freitas, 2005).

O histórico da formação dos professores de Educação Física foi evidentemente técnico, competitivo e pouco pedagógico, assim é patente a necessidade dessa área fortalecer seus conhecimentos para o exercício da docência e da inclusão no âmbito educacional (Souza, 2008).

O conceito de formação é amplo e requer muita atenção quando se trata de pontos específicos, como é o caso da pessoa com deficiência. Muitos professores de Educação Física não receberam, em sua formação, conteúdos relativos à inclusão ou à pessoa com deficiência. Desta forma, a maioria não acredita ter formação/conhecimentos suficientes para incluir em suas aulas estudantes com deficiência (Aguilar & Duarte, 2005). De um modo geral, a formação para a docência universitária foi fortemente influenciada pelo paradigma da racionalidade técnica, incorporando a ideia de que uma disciplina pedagógica, ou a transposição de teorias para os professores, seria a formação necessária e o suficiente para deixá-los aptos a “dar uma boa aula”, o que equivaleria à formação para a docência universitária (Zanchet et al., 2012).

Brancatti (2008) reforça essa ideia afirmando que uma disciplina específica em um curso tem papel fundamental em auxiliar e informar sobre seus objetivos, mas cabe ao curso e às demais disciplinas técnicas e práticas abordarem em seus conteúdos, pontos importantes que reflitam a realidade das pessoas com deficiência.

A formação para o exercício profissional em Educação Física, oferecida em nível de graduação, necessita do envolvimento das demais disciplinas que compõem o referido curso – nas discussões relativas ao atendimento prestado às pessoas com deficiência – contribuindo para adensar a competência profissional almejada (Cruz, 2005).

Há a necessidade de uma reforma coletiva de pensamento na área educacional e na sociedade, como explica Mantoan (2006). Essa reforma significa uma articulação de apoio mútuo em que o auxílio e a compreensão por intermédio de estudos em conjunto e de organização da educação diante da nova realidade, visto que a formação inicial historicamente mostrou-se frágil nessa área. Caso o curso Educação Física continue insistindo em um modelo individualista de pensar, a segregação e o isolamento dos professores debilitam qualquer tentativa de inclusão (Falkenbach et al., 2006).

Nogueira & Nogueira (2010) consideram que para os docentes da educação superior lidar com a inclusão de estudantes com deficiência é preciso não só predisposição para lidar com o novo, mas, supostamente, um reaprender a olhar sobre: o que se ensina; como se ensina; o que se aprende; como se aprende; o que partilhar; como partilhar; o que sentir; como sentir; o que esperar; por que esperar; o que devo fazer; como fazer; o que é meu; o que não é meu; até onde posso ir; até onde quero ir.

Dessa forma, o estudo teve como objetivo analisar a experiência pedagógica e a formação dos docentes dos cursos de Ciências do Desporto e Educação Física das universidades portuguesas face ao processo de inclusão de forma a identificar as suas lacunas visando um contributo para a melhoria de qualidade da formação oferecida.

MÉTODOS

NATUREZA E PARTICIPANTES DO ESTUDO

O presente estudo é de natureza quantitativa (Gatti, 2004). O grupo participante foi constituído por 60 professores de cursos de

Ciências do Desporto e Educação Física, 70% (n= 42) do sexo masculino (M=44,43 e DP=12,84 anos) e 30% (n= 18) do sexo feminino (M=42,44 e DP=9,37 anos), de nove Instituições de Ensino Superior (IES) Portuguesas, sendo sete públicas e duas privadas. Constatamos que 70 % (n=42) dos inquiridos apresentavam o grau de doutor, 21,7% (n=13) possuíam mestrado, enquanto que 8,3 % (n=11) apresentavam apenas a licenciatura.

INSTRUMENTO

Utilizamos como instrumento de coleta de dados um questionário (Campos, Ferreira & Block, 2014) de caracterização biosocial com 14 perguntas (fechadas e abertas). Esse questionário permite entender a formação e experiência dos docentes dos cursos de Ciências do Desporto e Educação Física. Foram selecionados aspectos relacionados aos dados biográficos (gênero e idade) e aos dados profissionais (tempo de serviço, ano de escolaridade que lecionam habilitações académicas, formação em Educação Especial, experiência no ensino de indivíduos com deficiência, qualidade de experiência e competência percebida para intervir com alunos com deficiência nas aulas de Educação Física).

PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para iniciarmos o estudo entramos em contato com as coordenações/direções dos cursos na área de Ciências do Desporto e Educação Física em Portugal, de modo a obter permissão para contactar os docentes dos cursos de Educação Física, apresentar o projeto e seus objetivos da pesquisa e o desenho metodológico, assim como assegurar o anonimato do estudo e identificar eventuais riscos e benefícios para os participantes. Prestados todos os esclarecimentos foram solicitadas as declarações de consentimento livre e esclarecido² a todos que decidiram participar no estudo, viabilizando início de coletas de dados.

A coleta de dados decorreu entre outubro de 2013 a março de 2014. A análise dos dados utilizou a estatística descritiva (média, desvio padrão e tabelas de frequência). O tratamento estatístico dos dados foi realizado utilizando um software informático apropriado, o programa SPSS 21.0 © for Windows.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Apresentaremos a seguir sete tabelas relativas à formação académica dos professores de Ciências do Desporto e Educação Física em Educação Especial; a formação continuada dos professores de Ciências do Desporto e Educação Física em Educação Especial; a experiência dos professores Ciências do Desporto e Educação Física face ao ensino de alunos com deficiência; a condição de deficiência dos alunos a quem os profissionais haviam lecionado nas suas aulas de Educação Física; o tempo de experiência dos docentes de Ciências do Desporto e Educação Física no ensino a alunos com deficiência; à qualidade da experiência dos professores de Ciências do Desporto e Educação Física face à inclusão do aluno com deficiência nas Instituições de Educação Superior; a competência percebida dos professores de Educação Física para intervir com alunos com deficiência.

A Tabela 1 apresenta os valores relativos à formação académica dos docentes de Educação Física referente à temática de Educação Especial.

Tabela 1 – Formação académica em Educação Especial.

Formação académica em EE	n	%
Sim	37	61,7
Não	23	38,3
Total	60	100

Legenda: EE: Educação Especial.

Fonte: elaboração própria.

Dos 60 participantes do estudo, 61,7% (n=37) dos professores afirmaram possuir algum tipo de formação em Educação Especial obtido ao longo de sua vida académica. Por mais que percebamos avanços no campo das formações dos professores de Educação Física, há urgência em se repensar uma mudança em seu currículo, principalmente, para as temáticas relacionadas à inclusão. A transformação no currículo proporcionará aos professores ferramentas para favorecer o aprendizado de cada indivíduo no grupo, repetindo as suas potencialidades e fragilidades (Falkenbach et al., 2006), talvez quebrando com padrões consagrados há mais de um século.

A Tabela 2 caracteriza os valores relativos à formação continuada dos docentes de Educação Física em Educação Especial.

Tabela 2 – Formação continuada em Educação Especial.

Formação continuada em EE	n	%
Sim	18	30,0
Não	42	70,0
Total	60	100

Legenda: EE: Educação Especial.

Fonte: elaboração própria.

Averiguamos que 70,0% (n=42) dos docentes relataram não ter recebido/participado de formação continuada em Educação Especial.

É preciso ressaltar que a formação não se encerra na formação inicial, oferecida pelos cursos de graduação. A mesma deve ser continuada e em serviço. Essa questão, além de ser importante, também é inquietante, devido à necessidade do educador buscar alternativas que visem diminuir as barreiras da inclusão face ao ensino de alunos com deficiência.

Esse cenário é instigante para analisar o caso dos “jovens” recém-doutores e/ou mestres que acorrem à carreira docente, nestes tempos de expansão da educação superior, na expectativa de encontrar um espaço de profissionalização (Gil, 2008). Realizaram seus cursos de mestrado e doutorado, aprendendo a trajetória da pesquisa e, em geral, aprofundaram um tema de estudo verticalmente, num processo progressivo de especialização. Quando se incorporam à educação superior, descobrem que deles se exige uma gama maior de saberes, em especial para o exercício da docência, para o qual, na maioria das vezes, não estão preparados (Zanchet et al., 2012).

A Tabela 3 apresenta os valores relativos à experiência dos professores Educação Física face ao ensino de alunos com deficiência em suas aulas.

Tabela 3 – Experiência com alunos com deficiência.

² Esse estudo tem aprovação da Plataforma Brasil, com o número do parecer: 439.400.

Experiência	n	%
Sim	23	38,3
Não	37	61,7
Total	60	100

Fonte: elaboração própria.

Quando inqueridos quanto à experiência com alunos com deficiência 61,7% (n=37) afirmaram não terem experiência com aluno com deficiência em suas aulas no curso de Ciências do Desporto e Educação Física.

O ingresso de alunos com deficiência na Educação Superior é uma discussão que tem tomado força, na sociedade e nos meios acadêmicos, nos últimos anos. Porém, não basta que esse aluno ingresse na universidade. É necessário que o mesmo permaneça e, principalmente, tenha acesso ao conhecimento, consiga apropriar-se dele e conclua com êxito o seu processo de formação.

A Tabela 4 apresenta os valores relativos à condição de deficiência dos alunos a quem os profissionais haviam lecionado nas suas aulas de Educação Física.

Tabela 4 – Condição de deficiência dos alunos.

Condição de deficiência	n	%
Física	15	25
Visual	6	10
Auditiva	12	20
Intelectual	5	8,3
Outros	7	11,6
Sem Resposta	34	56,7
Total	79	131,6

Fonte: elaboração própria.

É fundamental esclarecer que vários dos docentes inqueridos assinalaram mais do que um tipo de deficiência. Desta forma, a percentagem de respostas a esta questão é superior a 100%.

Os resultados obtidos demonstraram que 25% (n=15) dos alunos dos docentes que lecionavam a alunos com deficiência apresentavam deficiência física. Por outro lado, 56,7% (n=34) dos professores não responderam a essa questão, uma vez que não possuíam experiência alguma de lecionar para alunos com deficiência nos cursos Superiores de Educação Física.

Neste contexto de diversidade e pluralidade de alunos, os docentes são confrontados com a necessidade de adaptar a sua forma de ensinar, privilegiar metodologias mais ativas, mais diversificadas, que estimulem a aprendizagem dos alunos, em detrimento das metodologias mais expositivas, em que se presume que todos os alunos aprendem de maneira igual (Almeida, 2012).

Os valores relativos ao tempo de experiência dos docentes no ensino a alunos com deficiência são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 – Tempo de experiência de ensino a estudantes com deficiência.

Tempo de experiência	n	%
1 a 5 anos	22	36,7
6 a 10 anos	3	5
Sem resposta	35	58,3
Total	60	100

Fonte: elaboração própria.

Do universo de 60 docentes dos cursos de graduação em Educação Física 58,3% (n=35) não responderam a esta questão,

uma vez que nunca lecionaram, nem tão pouco possuíam experiência com alunos com deficiência em suas aulas no curso de Educação Física da Educação Superior.

A Tabela 6 apresenta os valores relativos à qualidade da experiência dos professores de Educação Física face à inclusão do aluno com deficiência nas Instituições de Educação Superior.

Tabela 6 – Qualidade da experiência.

Qualidade da experiência	n	%
Nada positiva	1	1,7
Positiva	14	23,3
Muito positiva	14	23,3
Sem experiência	20	33,3
Sem resposta	11	18,3
Total	60	100

Fonte: elaboração própria.

No presente estudo, 33,3% (n=20) dos docentes assinalaram a categoria *sem experiência* visto que a maioria nunca lecionou para alunos com deficiência em suas aulas de Educação Física e os poucos que lecionavam não se sentiam preparados para esta prática pedagógica. Destacamos a urgência de se contar com professores mais bem preparados, capazes de lidar com a diversidade de perfis dos alunos, à luz de uma nova sociedade, onde o conhecimento e os muitos e variados universos culturais de seus alunos colocam novos desafios na procura de um ensino de melhor qualidade (Libâneo, 2010).

A Tabela 7 apresenta os valores obtidos sobre a competência percebida dos professores de Educação Física para intervir com alunos com deficiência.

Tabela 7 – Competência percebida.

Competência percebida	n	%
Nada competente	6	10
Com alguma competência	20	33
Muito Competente	13	21,7
Sem resposta	21	35
Total	60	100

Fonte: elaboração própria.

Embora 33% dos docentes se sentissem *com alguma competência* para intervir diante do ensino de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, isso é insuficiente e preocupante face ao grande número de professores universitários que reconhecem a necessidade de conhecimento e habilidades pedagógicas específicas para um desempenho adequado da função docente para estes grupos (Gil, 2008).

CONCLUSÃO

Constatamos o quanto é importante a formação de professores para a construção da inclusão e ficou evidente que os docentes do ensino superior português ainda se sentiam despreparados para o ensino dos estudantes com deficiência nos cursos de Ciências do Desporto e Educação Física da Educação Superior

É preciso que haja um comprometimento desses professores com seus alunos, além de uma reforma no currículo e nos conteúdos que fazem parte da graduação destes docentes. O que se pode concluir até aqui é que Portugal ainda precisa avançar muito no que diz respeito às condições de poder dar conta de oferecer educação

em nível superior para um contingente maior de sua população, em especial, aos alunos com deficiência.

Acreditamos que a superação da cultura de negação da necessidade de formação pedagógica para a atuação docente no ensino superior passaria necessariamente por mudanças na concepção dos professores já atuantes em nas Instituições de Ensino Superior, pois, é através do corpo docente, atualmente em exercício, que as novas gerações de professores são formadas e as políticas educativas elaboradas e concretizadas.

A educação inclusiva só será efetivada se o sistema educacional for renovado, modernizado, abrangendo ações pedagógicas, porque a inclusão é desafiadora e os docentes na universidade devem fazer parte dessa mudança.

Sabemos que a inclusão é um processo que não está finalizado, mas que, coletivamente, pode ser enfrentado. Uma universidade com atitudes inclusivas é um grande desafio: sugere a desestabilização do instituído e o reconhecimento de que nossa sociedade é matizada pela diversidade, pela diferença, e que o ser humano é pluralidade e não uniformidade.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, J. S. & Duarte, E. (2005). Educação inclusiva: um estudo na área da Educação Física. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, 11(2), 223-240.
- Almeida, M. (2012). *Desenvolvimento profissional dos docentes do Ensino Superior*: contributos para a compreensão do desenvolvimento profissional dos docentes que actuam na formação inicial de docentes (Tese de Doutoramento). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Brancatti, P. R. (2008). O papel da disciplina educação física para pessoas com necessidades especiais no curso de licenciatura em Educação Física da FCT/UNESP de Presidente Prudente [Trabalho completo]. III Congresso Brasileiro de Educação Especial. UFSCar: São Carlos.
- Campos, M.J.; Ferreira, J.P. & Block, M.E. (2013). An analysis into the structure, validity and reliability of the children's attitudes towards integrated Physical Education-revised (CAIPE-R). *European Journal of Adapted Physical Activity*, 6(2), 29-37.
- Castanho, D. M. & Freitas, S. N. (2006). Inclusão e prática docente no ensino superior. *Revista Educação Especial*, 27(1), 85-92.
- Cruz, G. C. (2005). *Formação continuada de professores de Educação Física em ambiente escolar inclusivo* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Declaração de Bolonha. (1999). [http]. Retirado a partir: <http://paco.ua.pt/common/bin/Bolonha/Bolonha_Declaracao%20de%20Bolonha.pdf>. [14 de agosto de 2014].
- DGES. *Direção Geral do Ensino Superior*. (2012). [http]. Retirado a partir: <<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt>>. [14 de agosto de 2014].
- Estratégia de Lisboa. (2000). [http]. Retirado a partir: <http://ec.europa.eu/archives/growthandjobs_2009/pdf/lisbon_strategy_evaluation_en.pdf>. [14 de agosto de 2014].
- Falkenbach, A. P. et al. (2006). *A formação e a prática vivenciada dos professores de educação física diante da inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na escola comum*. Porto Alegre. [http]. Retirado a partir: <http://www.bdtu.ufu.br/tde_arquivos/9/TDE-2009-06-17T102514Z-1549/Publico/aAmanda.pdf>. [27 de janeiro de 2013].
- Gatti, B. A. (2004). Estudos quantitativos em educação. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, 30(1), 11-30.
- Gil, A. C. (2008). *Metodologia do ensino superior*. 4.ed. São Paulo: Atlas.
- Libâneo, J. C. (2010). *Adeus professor, adeus professora?* Novas exigências educacionais e profissão docente. 12.ed. São Paulo: Cortez.
- Mantoan, M. T. E. (2006). Igualdade e diferença na escola: como andar no fio da navalha. In V. A. Arantes (Org.), *Inclusão escolar: pontos e contrapontos* (pp.15-30). São Paulo: Summus.
- Nogueira, L. F. Z. & Nogueira, E. J. (2010). Inclusão de deficientes no ensino superior e o envolvimento do trabalho docente [Trabalho completo]. IV Congresso brasileiro de Educação Especial. UFSCar: São Carlos.
- Pires, L. A. (2007). *A caminho de um ensino superior inclusivo?* A experiência e percepções dos estudantes com deficiência - estudo de caso (Dissertação de Mestrado). Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Souza, W. C. (2008). A inclusão do educando com deficiência na escola pública municipal de Goiânia: o discurso dos professores de educação física [Trabalho completo]. III Congresso Brasileiro de Educação Especial. UFSCar: São Carlos.
- Urbano, C. (2011). A (id) entidade do ensino superior politécnico em Portugal da Lei de Bases do Sistema Educativo à Declaração de Bolonha. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 66, 95-11.
- Zanchet, B. M. B. A. et al. (2012). Docentes universitários iniciantes: contextos, motivações e experiências. In M. I. Cunha (Org.), *Qualidade da graduação: a relação entre ensino, pesquisa e extensão e o desenvolvimento profissional docente* (pp. 135-159). Araraquara: Junqueira & Marin.

NOTA SOBRE OS AUTORES

SORAYA DAYANNA GUIMARÃES SANTOS

Possui graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Alagoas (2008). Especialista em Educação Física na Educação Básica pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (2009). Mestre em Educação Brasileira CEDU/UFAL (2011). Doutoranda em Educação Brasileira CEDU/UFAL. soraya_dayanna@hotmail.com

NEIZA DE LOURDES FREDERICO FUMES

Docente do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da UFAL e do Curso de Educação Física da UFAL. neizaf@yahoo.com

JOSÉ PEDRO FERREIRA

Docente do Centro de Investigação do Desporto e da Atividade Física na Universidade de Coimbra. jpl.ferreira.2010@gmail.com

Recebido em: 04 de janeiro de 2015

Aprovado em: 18 de abril de 2015

